COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 473, DE 2009 (Apensos o PLP's nºs 159/2012, 264/2013, 286/13 e 292/13)

Altera o art. 25 da Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000, e o art. 10 da Lei Nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Autor: Deputado MANOEL JÚNIOR
Relator: Deputado JOÃO MAGALHÃES

I – RELATÓRIO.

O Projeto de Lei Complementar nº 473, de 2009, tem por objetivo alterar a Lei de Responsabilidade Fiscal, para assegurar aos titulares dos Poderes Executivos de todos os Entes em início de mandato, quando antecessor não tiver concluído tempestivamente os procedimentos requeridos para a prorrogação dos convênios e instrumentos congêneres, um prazo mínimo de noventa dias para adoção das providências exigidas pelas normas legais. Estabelece ainda o Projeto que constitui ato de improbidade administrativa agir negligentemente na arrecadação de tributo ou renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público e à adoção dos procedimentos necessários para viabilizar o recebimento dos recursos de convênios e outros instrumentos.

De acordo com a justificação, é muito comum que, logo após as eleições, os novos prefeitos se deparem com a impossibilidade de dar prosseguimento a obras e serviços de interesse da população, em virtude de seus antecessores haverem negligenciado a prorrogação de convênios por meio dos quais os recursos seriam repassados aos Municípios.

Por tratar de matéria similar e nos termos regimentais, foram apensados ao projeto original dos PLP's nºs 159/12; 264/13, 286/13 e 292/13.

A matéria foi distribuída à Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, que aprovou por unanimidade; à Comissão de Finanças e Tributação, que deve dar parecer quanto à adequação financeira e orçamentária e quanto ao mérito, e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

II - VOTO DO RELATOR

Estabelece a Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, de 29 de maio de 1996, em seu art. 1º § 2º, que “sujeitam-se obrigatoriamente ao exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira as proposições que impliquem aumento ou diminuição da receita ou despesa da União ou repercutam de qualquer modo sobre os respectivos orçamentos, sua forma e conteúdo”. Do exame do presente projeto de lei complementar, verifica-se que a matéria proposta é meramente normativa e não provoca, portanto, alterações às receitas e despesas públicas.

No mérito, estamos perfeitamente de acordo com a medida. Não obstante as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, tem-se tornado relativamente comum neste País, principalmente no nível das administrações municipais, o gestor em processo de saída não respeitar as regras da Lei, deixando para o seu sucessor uma lista quase interminável de pendências relacionadas aos convênios com a União, de modo a dificultar, quando não literalmente inviabilizar a administração seguinte.

Dito isto, parecem-nos necessários alguns pequenos ajustes no texto do novo § 4º, acrescido ao art. 25 de Lei Complementar nº 101, de 2000, de modo a deixar o mais clara possível a intenção da legislação de não impor sanções às administrações seguintes àquelas em que as irregularidades foram identificadas ou as contas, não prestadas.

Em vista de tudo o que foi exposto, votamos **pela não implicação da matéria em aumento de despesa ou diminuição de receita pública**, não cabendo pronunciamento quanto aos aspectos financeiros e orçamentários do Projeto de Lei Complementar nº 473, de 2009 e dos PLP's nºs 159, de 2012; 264, de 2013; 286, de 2013; e 292, de 2013. No mérito,

votamos **pela aprovação** do Projeto de Lei Complementar nº 473, de 2009 e dos PLP's nºs 159, de 2012; 264, de 2013; 286, de 2013; e 292, de 2013, nos termos do Substitutivo que apresentamos.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado JOÃO MAGALHÃES
Relator

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 473,
DE 2009**

(Apensos o PLP's nºs 159/2012, 264/2013, 286/13 e 292/13)

Altera o art. 25 da Lei Complementar Nº 101,
de 4 de maio de 2000, e o art. 10 da Lei Nº
8.429, de 2 de junho de 1992.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 25, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

“Art.25.....

.....

§ 4º A irregularidade ou falta de prestação de contas de recursos recebidos por determinado Município não impedirá o recebimento de transferências voluntárias da União, a partir da posse de um novo prefeito eleito que não seja administrativa, legal ou penalmente responsável pela irregularidade identificada ou pelas contas não prestadas, sem prejuízo das sanções previstas no art. 73 desta Lei Complementar.”.

Art. 2º O inciso X do art. 10 da Lei nº 8.429, de 2 junho de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:.

“Art.10.....

.....

X – agir negligentemente na arrecadação de tributo ou renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público e à adoção dos procedimentos necessários para viabilizar o recebimento de recursos

previstos em convênios e instrumentos
congêneres;.....”

Art. 3º Esta lei complementar entra em vigor na data da
sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado JOÃO MAGALHÃES
Relator